





**Legenda:**

Recebidas/Novas – total de manifestações recebidas pela Ouvidoria no mês corrente, de acordo com o assunto/órgão;  
Respondido – manifestação respondida à Ouvidoria pelo órgão de execução competente, sendo repassada ao manifestante;  
Encerrado – manifestação arquivada;  
Aguardando resposta – manifestação aguardando resposta por parte do órgão de execução responsável;  
Pendentes – manifestação recebida na Ouvidoria, mas que ainda não foi encaminhada ao órgão de execução responsável;  
Inválidas – manifestações que não possuem qualquer informação capaz de ser objeto de encaminhamento.

## 1.2) ENCAMINHADAS AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Órgão	Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	TOTAL
Resposta direta ao cidadão	148	0	47	97	0	4	<b>148</b>
Promotorias/Procuradorias de Justiça Especializadas da Capital	78	0	30	36	0	12	<b>78</b>
Promotorias de Justiça do Interior	52	0	5	45	0	2	<b>52</b>
Órgãos fora do âmbito do MP	7	0	4	3	0	0	<b>7</b>
Assessoria Jurídica da Ouvidora-Geral	4	4	0	0	0	0	<b>4</b>
Outros órgãos/setores do MP	2	0	1	1	0	0	<b>2</b>
Corregedoria/PGJ/NUPAD	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>							<b>291</b>

## 2) MEIOS DE CONTATOS UTILIZADOS PELO MANIFESTANTE

Meio de Contato	Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	TOTAL
Sistema	162	0	32	119	0	11	<b>162</b>
E-mail	74	0	7	60	0	7	<b>74</b>
Telefone	34	0	32	2	0	0	<b>34</b>
Presencial	20	0	16	4	0	0	<b>20</b>
Correio postal	1	0	0	1	0	0	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>							<b>291</b>

## 3) TRAMITAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES\*

Assunto	Quantidade
Arquivadas em outubro	96
Tramitando em outubro	40
<b>TOTAL</b>	<b>136</b>

\* Apenas as manifestações que foram autuadas



#### 4) MANIFESTAÇÕES PRIORITÁRIAS

<b>Tipo</b>	<b>Quant</b>	<b>Porcent (%)</b>
Manifestações prioritárias entradas em outubro arquivadas	26	55,32
Manifestações prioritárias entradas em outubro tramitando	21	44,68
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>100,00</b>

#### 5) MANIFESTAÇÕES COM PEDIDOS DE SIGILO

<b>Tipo</b>	<b>Quant</b>	<b>Porcent (%)</b>
Manifestações sigilosas entradas em outubro arquivadas	40	62,50
Manifestações sigilosas entradas em outubro tramitando	24	37,50
<b>TOTAL</b>	<b>64</b>	<b>100,00</b>





**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará



**OUVIDORIA**  
Ministério Público

## 6.2) POR ÓRGÃO (RESUMIDO)

Órgão	Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	TOTAL
Promotorias/Procuradorias de Justiça Especializadas da Capital	92	0	31	24	37	0	<b>92</b>
Promotorias de Justiça do Interior	38	0	4	32	2	0	<b>38</b>
Órgãos fora do âmbito do MP	7	0	4	0	3	0	<b>7</b>
Assessoria Jurídica da Ouvidora-Geral	4	4	0	0	0	0	<b>4</b>
Outros órgãos/setores do MP	2	0	1	0	1	0	<b>2</b>
Corregedoria/PGJ/NUPAD	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
Resposta direta pelo cidadão	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>							<b>143</b>

## II) DADOS ESTATÍSTICOS DA OUVIDORIA GERAL MP/CE (DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 95/2013 DO CNMP)

### II.1) RESUMIDO

Categoria	Recebidas/Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	Total
Reclamação	189	0	41	132	0	16	<b>189</b>
Solicitação de informação/providência	72	0	41	30	0	1	<b>72</b>
Representação	26	0	4	21	0	1	<b>26</b>
Sugestão	3	0	0	3	0	0	<b>3</b>
Elogio	1	0	1	0	0	0	<b>1</b>
Crítica	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>							<b>291</b>



## II.2) DETALHADO

Assunto	Recebidas/Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	Total
Eleitoral	67	0	23	34	0	10	<b>67</b>
Demandas alheias à competência do MP	35	0	17	18	0	0	<b>35</b>
Outros	27	0	9	18	0	0	<b>27</b>
Concurso Público	26	0	6	20	0	0	<b>26</b>
Crimes	19	0	3	16	0	0	<b>19</b>
Improbidade administrativa	17	0	3	14	0	0	<b>17</b>
Meio ambiente	16	0	4	10	0	2	<b>16</b>
Educação	12	0	4	8	0	0	<b>12</b>
Consultas e dúvidas jurídicas	10	0	2	8	0	0	<b>10</b>
Idoso	9	0	0	9	0	0	<b>9</b>
Administração e funcionamento do MP	8	0	6	2	0	0	<b>8</b>
Consumidor	8	0	3	5	0	0	<b>8</b>
Execução penal	8	0	4	0	0	4	<b>8</b>
Infância e juventude	8	0	1	5	0	2	<b>8</b>
Controle externo da atividade policial	5	0	0	5	0	0	<b>5</b>
Saúde	5	0	1	4	0	0	<b>5</b>
Atuação de membros e servidores	4	0	0	4	0	0	<b>4</b>
Serviços públicos	3	0	1	2	0	0	<b>3</b>
Discrim. de gên., etnia, cond. física, social ou mental	2	0	0	2	0	0	<b>2</b>
Lei de Acesso à Informação (LAI)	2	0	0	2	0	0	<b>2</b>
Acessibilidade	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
Residência na comarca e lotação de membros	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
Sindical e questões análogas	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>							<b>291</b>



### **III) OUTROS DADOS**

<b>Dado</b>	<b>Quant</b>
Nº de atendimentos	291
Nº de memorandos expedidos	174
Nº de correspondências recebidas	173
Nº de despachos/pareceres proferidos	108
Nº de ofícios expedidos	12
Nº de participação em eventos/reuniões com outros órgãos/setores	3
Nº de reuniões de facilitação de diálogo	2
Nº de reuniões do Projeto "Ouvidoria Itinerante"	1
Nº de reuniões internas da Ouvidoria	1
Nº de entrevistas concedidas	0
Nº de reuniões do CNOMP	0
Nº de reuniões do Projeto "Documentar Para Existir"	0
Nº de reuniões/palestra do Projeto "Rede Ouvir"	0
Nº total de viagens	0
<b>Total de expedientes/eventos</b>	<b>765</b>

### **IV) PESQUISA DE SATISFAÇÃO**

<b>Satisfação</b>	<b>Quant</b>	<b>Perc</b>
Satisfeito	175	64,34
Insatisfeito	97	35,66
Parcialmente satisfeito	0	0,00
<b>Total</b>	<b>272</b>	<b>100,00</b>



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará



## CALENDÁRIO DO MÊS DE OUTUBRO

**Dia 02** – Facilitações de diálogo;

**Dia 03** – Reunião com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) da PGJ sobre gravação do vídeo institucional;

**Dia 10** – Reunião sobre a continuidade do Projeto “Ouvidoria Itinerante” e Reunião com o Ouvidor do TCE, sobre o 4º Encontro Estadual de Ouvidorias;

**Dia 18** – Participação da vice-Ouvidora Geral na composição da mesa na abertura do evento “Dia Estadual do Mediador Comunitário”;

**Dia 19** – Participação da vice-Ouvidora Geral na composição da mesa do na abertura do Seminário “Os 30 anos da Constituição”;

**Dia 31** – Reunião com a equipe da Ouvidoria.





**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará



## FOTOS E MATÉRIAS – SETEMBRO

### **Dia 18 – Participação da vice-Ouvidora Geral na composição da mesa na abertura do evento “Dia Estadual do Mediador Comunitário”**

#### **Mediadores Comunitários são homenageados pelo MPCE**

18 de outubro de 2018



O Dia Estadual do Mediador Comunitário foi marcado por uma comemoração no Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), que homenageou, na manhã desta quinta-feira (18), os mediadores comunitários integrantes do Programa dos Núcleos de Mediação Comunitária (PRONUMEC). O ponto alto da comemoração foi a palestra “O Autoconhecimento na Arte de Mediar”, proferida pelo psicólogo e coach Márcio Vaz. Autor do livro “Minha Boca, Meu Caminhar”, Márcio Vaz ministrou mais de 500 palestras corporativas e motivacionais em todo o país.

Além da presença do procurador-geral de Justiça, Plácido Rios, a mesa diretora dos trabalhos foi composta pelas seguintes autoridades: a secretária de Justiça e

Cidadania, Socorro França; a desembargadora e supervisora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Tereze Neumann Duarte Chaves; a promotora de Justiça e coordenadora do PRONUMEC, Iertes Gondim Pinheiro; a procuradora de Justiça e vice-ouvidora do MPCE, Loraine Molina; o promotor de Justiça e presidente da ACMP, Lucas Azevedo; a advogada e presidente da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da OAB-Ce, Márcia Vieira Sá; o presidente do Sindiônibus, Dimas Barreira; e o mediador comunitário e supervisor do Núcleo de Mediação de Sobral, Josivaldo Lopes Araújo.

Em sua fala de abertura, Plácido Rios agradeceu, tanto à coordenação dos Núcleos de Mediação quanto aos mediadores comunitários pela forma “escorreita, dinâmica e frutífera” com que eles vem desenvolvendo o trabalho de promoção da paz social. “Agradeço muito a vocês todos que semeiam a paz nos bairros de Fortaleza e nas cidades do interior do estado. Os mediadores acordam todo dia não pensando em si, mas em como podem resolver os problemas dos outros, amando o próximo como Jesus nos ensinou”, considerou, ao desejar um dia profícuo a todos.

O palestrante Márcio Vaz saudou a plateia ao conversar de maneira franca de mediador para mediadores, por saber o quanto é difícil o papel de mediar, ressaltando a importância do diálogo. “Precisamos estar bem para cuidar bem dos outros. Portanto, o relacionamento interpessoal é reflexo do relacionamento intrapessoal, com nossas forças e fraquezas”, entende. Para ele, o sucesso exige as capacidades humanas de conhecimento (saber), habilidade (saber fazer) e atitude (querer fazer).

Partindo-se dessa premissa, ele destacou que o autoconhecimento nos estimula a aprender pela faculdade da vida com aprendizagem permanente e integral. Segundo Márcio Vaz, a ignorância e o saber são inerentes a nós, podendo uma atitude mudar uma história. “A relação intrapessoal nos faz aprender pela dor instalada por uma crise. O fim do poço foi o lugar onde eu me reinventei, porque não tinha mais para onde ir. O que mudou foi minha forma de pensar e de agir. Fui motivado pela dor e descobri o incrível poder da motivação que me fez ter uma tomada de decisão: ser empreendedor de mim mesmo com coragem para dizer sim para a vida com a mente positiva”, refletiu. Ele reiterou que para tudo há possibilidades de solução e que nossas barreiras não são físicas, mas psicológicas.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará



**OUVIDORIA**  
Ministério Público

Ao representar os mediadores comunitários, o supervisor do Núcleo de Mediação de Sobral, Josivaldo Lopes Araújo, o encontro foi motivo de grande satisfação, porque o fato de serem voluntários por uma causa nobre gera um propósito muito maior. “Estamos dispostos a plantar pequenas sementes de paz a cada missão e este reconhecimento pelo nosso trabalho é grandioso”, considerou.

De acordo com a coordenadora do PRONUMEC, Iertes Pinheiro, no primeiro semestre de 2018 realizou 8.435 atendimentos nas comunidades, dos quais houve 2444 procedimentos abertos, resultando 85% mediações exitosas. No mesmo período, a mediação itinerante realizou 1159 atendimentos, totalizando 95,8% de mediações exitosas, contribuindo para a solução não judicializada de pequenos litígios.

Ela também agradeceu o empenho de todos e o apoio do procurador-geral de Justiça com simplicidade e competência. “Esta é a disseminação da cultura da paz, por meio da participação ativa do cidadão na solução pacífica dos conflitos, mediante o trabalho voluntário do mediador comunitário e do atendimento rápido, desburocratizado e gratuito à comunidade”, elogiou.

A desembargadora Tereze Chaves afirmou estar impressionada com o nível de organização, posicionamento e resultados alcançados pelo PRONUMEC. Ela sugeriu a celebração de uma parceria dispondo-se a oferecer cursos, palestras e integração dos mediadores comunitários na programação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJCE.

A secretária de Justiça e Cidadania, Socorro França, declarou que nunca em momento algum precisamos de paz no Brasil quanto neste momento, em que vivemos num turbilhão de violência, ódio, intolerância, desrespeito e falta de amor. “Diante de tantas pessoas que são felizes por apregoar a paz e a felicidade social, reitero que é preciso ouvir as pessoas, ter compaixão e tolerância, olharmos para dentro de nós mesmos”, disse, ao acrescentar que o Estado do Ceará dispõe de quatro unidades móveis destinadas ao projeto “Rotas da Paz”, as quais estarão à disposição da Mediação Comunitária Itinerante.

O Dia Estadual do Mediador Comunitário é celebrado em 13 de setembro e a data foi instituída pela Lei nº 14620/2010. O Ceará possui 13 núcleos em funcionamento, sendo sete em Fortaleza, dois em Caucaia, e um em Pacatuba, Maracanaú, Sobral e Forquilha, cada. O Programa conta ainda com o Núcleo de Mediação Itinerante, que realiza atendimentos na Capital e na Região Metropolitana de Fortaleza em uma unidade móvel adaptada.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará



## Dia 19 – Participação da vice-Ouvidora Geral na composição da mesa do na abertura do Seminário “Os 30 anos da Constituição”

### Seminário da ESMP festeja 30 anos da Constituição Federal de 1988

19 de outubro de 2018



A Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará (ESMP), com o apoio da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), realizou, na manhã desta sexta-feira (19), o seminário “Os 30 anos da Constituição: nos bastidores da Constituinte”. Participaram da mesa de abertura o procurador-geral de Justiça, Plácido Rios; a procuradora de Justiça e vice-corregedora, Maria José Marinho; a procuradora de Justiça e vice-ouvidora, Loraine Molina; a promotora de Justiça e diretora-geral da ESMP, Flávia Unneberg; o promotor de Justiça e editor da Revista Acadêmica da ESMP, Eneas Vasconcelos; e o promotor de Justiça e presidente da Associação Cearense do MPCE, Lucas Azevedo. O evento foi prestigiado por membros, servidores e colaboradores do MPCE, magistrados, defensores públicos,

advogados, comunidade acadêmica e sociedade.

O procurador-geral de Justiça, Plácido Rios, saudou e agradeceu os representantes da ESMP pelo empenho em celebrar os 30 anos da Constituição Federal de 1988. Rios justificou a ausência do convidado de honra, o professor honoris causa da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, professor emérito da Universidade Federal do Ceará, Paulo Bonavides, com a leitura da mensagem do jurista, impossibilitado de comparecer ao seminário por razões de saúde.

Ao traçar um paralelo sobre os pontos positivos e negativos da Constituição Federal, ponderando e realinhando o período em que ela foi elaborada e o momento atual do Brasil, Plácido Rios observou que a Carta Cidadã rege um dos países mais desiguais do mundo. Em razão do alto índice de desigualdades sociais e de corrupção, o Brasil ostenta uma das maiores populações carcerárias do mundo, atrás somente da China e dos Estados Unidos. “A classe política está na berlinda, sinalizando que precisamos de uma reforma política urgente”, entende.

Sobre os aspectos constitucionais positivos, Rios mencionou a clara estabilidade constitucional, bem como a estabilidade entre as instituições brasileiras. “Em uma década de democracia, vencemos uma ditadura e consolidamos o estado democrático de direito, contribuiu para a diminuição das desigualdades sociais pelos programas sociais”, reconheceu, ao defender o avanço no reconhecimento dos direitos fundamentais, no combate ao nepotismo, na efetividade da Lei da Ficha Limpa, e da liberdade de expressão. “Em 30 anos, há muito mais a celebrarmos do que a nos envergonhar. Temos que continuar o bom combate efetivo à corrupção e nos orgulhar de termos uma das Constituições mais democráticas do mundo com muito júbilo, amor e esperança”, sustentou.

A diretora da ESMP, Flávia Unneberg, afirmou que aquela era uma ocasião muito especial por haver motivos muito maiores em torno da lei das leis. “Como operadores do direito, precisamos celebrar esta data tão importante. A partir da Constituição de 1988, tivemos uma ordem constitucional renovada com uma série de direitos e garantias que mudaram a cara do Brasil. O Ministério Público só é a instituição que é, hoje, graças à Constituição Federal Cidadã”, lembrou, ao acrescentar que, por isso, o MPCE não poderia deixar de se manifestar.

Ela assegurou que quando fala com promotores de Justiça de outros países, todo se espantam com o espectro de atribuições do MP brasileiro, em várias áreas de conhecimento, numa jornada de crescimento contínuo refletindo sobre os rumos do país e da Constituição Federal, rumo à efetividade dos direitos fundamentais. “Esperamos que a nossa revista da ESMP seja um instrumento de fomento ao debate acadêmico e no campo da práxis jurídica”, desejou.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará



O promotor de Justiça e editor da Revista Acadêmica da ESMP, Eneas Vasconcelos, declarou que não podemos deixar de refletir pela luta em defesa do estado democrático de direito e que se manteve ao longo destes 30 anos. “Até então, tivemos textos constitucionais maculados pela desigualdade e exclusão. A Constituição de 1946 não durou 20 anos, pois foi ferida de morte pelos Atos Constitucionais. Seja quem for eleito nestas eleições presidenciais que se avizinham, a Constituição Federal tem que ser mantida, porque ela é a nossa arma. O STF tem que guardá-la e proteger as cláusulas pétreas”, pontuou.

Ele asseverou que o Ministério Público precisa atuar mais na consolidação dos direitos humanos, que não são direitos de bandidos, mas da proteção a crianças, idosos, deficientes e mulheres, diminuindo a criminalidade e a impunidade. “Neste aspecto, a revista acadêmica da ESMP tem o espírito do diálogo para além dos muros da nossa instituição”, revelou Eneas Vasconcelos.

A mesa diretora dos trabalhos foi presidida pelo promotor de Justiça Marcus Amorim de Oliveira. Nesta oportunidade, o professor da Universidade Federal do Ceará, doutor pela USP e procurador-geral do Estado do Ceará, Juvêncio Vasconcelos Viana, recordou ensinamentos de teoria geral do processo para demonstrar a relação íntima e simbiótica entre processo e a Constituição Federal. Para ele, o bom serviço jurisdicional é atrapalhado pelos problemas sociais e culturais brasileiros, uma vez que observou a convivência do regime jurisdicional com os meios alternativos de resolução de conflitos.

Em seguida, o professor da UNIFESP, doutor e pós-doutor pela USP, líder da Pesquisa FAPESP “A Constituinte recuperada – vozes da transição, memória da redemocratização, 1983-88”, em consórcio com a USP-Unicamp-Unifesp-UERJ-UFSCar-UNESP, Antônio Sérgio Carvalho Rocha, apresentou o painel sobre “A Constituinte no Supremo e o Supremo na Constituinte”. Ele narrou os pormenores da discussão jurídico-política nacional, a partir de 1979, entre haver uma reforma ou uma Assembleia Geral Constituinte. Rocha destacou o ideário reformista social democrata, a participação dos movimentos populares sociais, com o apoio das comunidades eclesiais de base, o plano de aliança democrática e a doutrina da Constituição Congressual, defendida pelo constituinte Ulysses Guimarães. Tudo isso resultou na formatação da Constituição compromissária, garantista, nacional desenvolvimentista, espelhando o ideário das forças institucionais.

A palestra mais aguardada foi apresentada pelo doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor titular de Direito Constitucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e constituinte da Constituição de 1988, Paulo Lopo Saraiva. Ele discorreu a respeito dos “Antecedentes históricos da Constituição de 1988”, desde os bastidores do Congresso de Direito Constitucional de São Bernardo do Campo, presidido pelo jurista Paulo Benevides em 1980. “O MP é o maior guardião da Constituição Federal, porque é a centelha de luz que norteia os caminhos da ética. É burrice querer-se destruir o MP. Saúdo os jovens que deram suas vidas e foram tragados pela ditadura. O mal de raiz é o presidencialismo à brasileira, por isso que sou um parlamentarista”, afirmou.

Conforme disse, ainda há dificuldades e omissões na Constituição que precisam ser superadas em prol de sua eficácia, citando como exemplo a falta de estabilidade no emprego ainda por ser concretizada no artigo 7º da CF/1988. “Sem a Constituição Federal, as crianças, os idosos, os trabalhadores e o Ministério Público não têm amparo”, disse. Paulo Lopo também fez parte da elaboração da Constituição e deixou sua contribuição em dois artigos: o artigo 14, o qual observa que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular. “Não esperem reforma política, porque este Congresso não a fará. Há 60 anos que espero por essa iniciativa. A mudança tem que ser pela participação popular”, desabafou.

O outro dispositivo de sua autoria foi o artigo 132, considerando que os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. “Essa foi uma proposta corporativa, porque tinha que aproveitar a oportunidade, já que não participaria de uma nova constituinte”, confessou. Paulo Lopo avaliou que não havia lugar mais propício do que o Ministério Público para este debate. “O promotor de Justiça é a porta que se abre à população mais necessitada”, enfatizou. O encerramento do encontro foi marcado pelo lançamento da Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público.